

Liberdade de imprensa no Brasil: a vulnerabilidade dos jornalistas na Ditadura Militar e na Nova República

Press freedom in Brazil: the vulnerability of journalists in the Military Dictatorship and the New Republic

Priscilla Figueiredo¹; Gabriella Zauith²

Resumo: O presente trabalho trata da pesquisa que apresenta dados de jornalistas mortos no desempenho da função, em dois períodos históricos no Brasil: Ditadura Militar (1964-1985), e Nova República (2000-2018). Parte da premissa fundamental da liberdade de expressão, posto na Constituição Brasileira: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” (BRASIL, 1988). A pesquisa, em formato de monografia, teve o objetivo de analisar quais motivos levaram esses jornalistas à morte e por que os números dos assassinatos são maiores no período atual do que na ditadura. A circunstância de cada assassinato também foi relevante para a pesquisa, porque numa democracia, como é possível os jornalistas sofrerem com perseguições e mortes comparado com um período de ditadura? Dados coletados mostram torturas, perseguições e mortes no exercício da função, nos dois períodos históricos. O corpus da pesquisa analisou 65 assassinatos, formando um banco de dados organizado em categorias, numa planilha contendo: nome, idade, data da morte, motivo da morte, veículo em que trabalhava, atuação do jornalista, local da morte (Cidade/Estado) e investigação sobre o caso. Os dados são de 24 jornalistas na época da ditadura, em 21 anos de pesquisa, a maioria sob poder do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna). No governo democrático, 41 jornalistas foram mortos no exercício da profissão em 18 anos, fato que corrobora a informação de que o Brasil é apontado como 4º país mais perigoso da América Latina, pela organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF, 2019). O tema coloca em questão a prática do jornalismo na democracia, pois só se produz notícia com a existência da liberdade de imprensa, para ter acesso a informações de interesse público, e transmiti-las nos meios de comunicação sem intervenção, seja do Estado, de facções ou milícias. Como procedimento metodológico foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, caracterizada como pesquisa exploratória. Os dados foram coletados em sites de instituições como Jornalistas Livres, Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo (SJSP), Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), Secretaria de

¹ Jornalista formada pelo Centro Universitário Barão de Mauá. Email: priscilla.ga.figueiredo@gmail.com
Facebook: Priscilla Gonçalves

² Professora de Jornalismo no Centro Universitário Barão de Mauá. Doutorado em Educação (UFSCar), Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade (UFSCar). Graduação em Jornalismo (Unaerp) e Pedagogia (Unigranet). Email: gabi_z@live.com. LinkedIn: Gabriella Zauith.

Direitos Humanos da Presidência da República que hospeda os arquivos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, Repórteres Sem Fronteira. Como também na imprensa on line. A coleta foi feita no período de março 2018 a março de 2018. Como resultado, foi possível observar que na ditadura os jornalistas trabalhavam contra um governo repressor e tentavam transmitir, da forma de conseguiram, informações à população, mas acabaram sofrendo as consequências e foram punidos pelas mãos do Estado. Já no período democrático, os jornalistas ainda continuam denunciando e alertando a população sobre criminosos e crimes políticos, e também acabam sendo punidos, mas agora, pela omissão do Estado pela falta de segurança e impunidade que perpetua no Brasil.

Palavras-Chave: Jornalistas mortos. Liberdade de imprensa. História do Brasil.

Abstract: The present work deals with the research that presents data of dead journalists in the performance of the function, in two historical periods in Brazil: Military Dictatorship (1964-1985), and New Republic (2000-2018). Part of the fundamental premise of freedom of expression, set forth in the Brazilian Constitution: "the expression of intellectual, artistic, scientific and communication activity is free, regardless of censorship or license" (BRAZIL, 1988). The research, in monograph format, had the objective of analyzing what reasons led these journalists to death and why the numbers of the murders are greater in the current period than in the dictatorship. The circumstance of each murder was also relevant to the research, because in a democracy, how is it possible for journalists to suffer persecution and death compared to a period of dictatorship? Collected data show torture, persecution and deaths in the exercise of the function, in the two historical periods. The corpus of the research analyzed 65 murders, forming a database organized into categories, in a spreadsheet containing: name, age, date of death, reason for death, vehicle in which he worked, journalist's performance, place of death (City / State) and investigation into the case. The data are from 24 journalists during the dictatorship, in 21 years of research, most of them under DOI-CODI (Information Operations Detachment - Internal Defense Operations Center). In the democratic government, 41 journalists were killed in the exercise of their profession in 18 years, which corroborates information that Brazil is ranked 4th most dangerous country in Latin America by Reporters Without Borders (RSF, 2019). The theme calls into question the practice of journalism in democracy, because news is only produced with the existence of freedom of the press, to have access to information of public interest, and to transmit it in the media without intervention, whether of the State, of factions or militias. As a methodological procedure, a bibliographic and documentary research was conducted, characterized as an exploratory research. The data were collected on sites of institutions such as Free Journalists, Union of Journalists of the State of São Paulo (SJSP), Brazilian Association of Investigative Journalism (ABRAJI), Secretariat of Human Rights of the Presidency of the Republic that hosts the archives of the Special Commission on the Dead and Disappeared Politicians, São Paulo State Truth Commission "Rubens Paiva", Reporters Without Borders. As in the online press. The collection was carried out from March 2018 to March 2018. As a result, it was possible to observe that in the dictatorship the journalists worked against a repressive government and tried to transmit, in the way they obtained, information to the population, but ended up suffering the consequences and were punished by the hands of the state. Already in the democratic period, journalists still continue denouncing and alerting the population about criminals and political crimes, and also end up being punished, but now, for the omission of the State by the lack of security and impunity that perpetuates in Brazil.

Keywords: Journalists dead. Freedom of the press. History of Brazil.

.....

1 Introdução

O jornalismo surgiu para comunicar à sociedade tudo o que acontece nela que é relevante para seu desenvolvimento e de direito do cidadão. Afinal, como o indivíduo ficaria sabendo para quanto foi o salário mínimo? Ou se os políticos estão desenvolvendo seu papel

correto para com a sociedade? São essas e muitas outras informações relevantes para o dia a dia do cidadão que o profissional do jornalismo trabalha para que elas cheguem até a população, mas não de uma forma monótona e sim que tenha relevância e faça o indivíduo desenvolver um certo senso crítico relativo ao meio em que ele vive.

O direito de ter informação na íntegra, seja ela qual for ou sobre quem for, é garantida pela Lei de Acesso à Informação (LAI) e da liberdade de expressão. Na teoria, sim, é tudo muito pensado, redigido e posto como uma garantia, mas na prática, e em muitos casos, o papel não traz garantia de nada. De acordo com os direitos de liberdade de expressão, postos na Constituição Brasileira, o artigo 5º, XI, diz: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” (BRASIL, 1988).

Essa pesquisa tem o objetivo de analisar até que ponto a democracia, no Brasil, defende a liberdade de imprensa no país e garante a integridade dos jornalistas. Dados da pesquisa mostram que o número de jornalistas mortos no período ditatorial é menor comparado com o período democrático.

Como procedimento metodológico foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, caracterizada como pesquisa exploratória. O corpus da pesquisa analisou 65 assassinatos, formando um banco de dados organizado em categorias, numa planilha contendo: nome, idade, data da morte, motivo da morte, veículo em que trabalhava, atuação do jornalista, local da morte (Cidade/Estado) e investigação sobre o caso. A coleta foi realizada nas instituições: Jornalistas Livres, Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo (SJSP), Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República que hospeda os arquivos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, Repórteres Sem Fronteira. Como também na imprensa *on line*: Portal G1, Portal Terra, Agência Brasil, Folha de S. Paulo, Estadão, Revista Época, Jornal Extra, Jornal O Globo, Jornal El País, Jornal Correio Brasiliense, como também em blogs. A coleta foi feita no período dos meses de março 2018 a dezembro de 2019. Também foram coletadas fotos dos jornalistas, encontradas nos arquivos e reportagens. O corpus da pesquisa analisou 65 assassinatos, sendo 24 jornalistas na época da ditadura, em 21 anos, a maioria sob poder do DOI-CODI (Destacamento de

Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna). No governo democrático, 41 jornalistas foram mortos no exercício da profissão em 18 anos, fato que corrobora a informação de que o Brasil é apontado como 4º país mais perigoso da América Latina, pela organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF, 2018).

2. Jornalismo, ética, liberdade de expressão e liberdade de imprensa

O jornalista Clóvis Rossi (1998), mostra quão grande é o poder da palavra juntamente com a influência irrevogável da mídia. O foco é informar quem precisa ser informado. Mas o autor ressalva que isso só é possível com um sistema democrático operando no país, pois quando se impõe regras institucionais ou se está vivendo em um regime ditatorial, é quase impossível executar a obrigação que nos é imposta pela profissão.

Rogério Christofolletti (2008, p. 10), questiona quais são os limites morais do jornalismo e da mídia em geral comparando situações impactantes que jornalistas já viveram. Na formação em jornalismo, aprende-se que se deve prezar, além da objetividade, pela imparcialidade, para não beneficiar nada nem ninguém, e a favor da ética. Mas, qual seria a ética correta para o desempenho dessa função que mexe diretamente com toda a sociedade de um país?

Nas redações, há quem diga que o jornalismo se define por uma ética. (...) A ética é algo que só existe nesse entremeio, na distância entre as pessoas. É uma exclusividade humana, mas isso não é nem rima nem solução. Quer ver? Mentir a um paciente pode não ser um problema para um médico, mas uma forma de poupá-lo no estágio terminal. Para um jornalista, abandonar o compromisso com a verdade não é um deslize, é uma falha ética grave. (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 11)

Quando formado, um profissional do jornalismo assume um compromisso ético e moral com a sociedade, pois ele é um prestador de serviço quase faz o trabalho de informar, denunciar e também investigar todo e qualquer assunto assim como consta no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

2.1 Liberdade de imprensa e de expressão

A Lei de Acesso à Informação (nº 12.527/2011) regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas (BRASIL, 2011). Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. A Lei vale para os três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive aos Tribunais de Conta e Ministério Público. Entidades privadas sem fins lucrativos também são obrigadas a dar publicidade a informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos por elas recebidos.

Mesmo com o aval da lei, nem sempre é fácil exercer sua função fielmente. Os jornalistas e órgãos de imprensa não têm “o direito de abdicar de sua liberdade” nem de sua independência no trabalho, em hipótese alguma (BUCCI, 2009). O jornalista argumenta ainda que:

Os jornalistas devem recusar qualquer vínculo, direto ou indireto, com instituições, causas ou interesses comerciais que possa acarretar – ou dar a impressão de que venha acarretar – a captura do modo como veem, relatam e se relacionam com os fatos e as ideias que estão encarregados de cobrir (BUCCI, 2009, p.11)

3. Jornalismo e contexto político

Em variados contextos históricos no Brasil, essa liberdade se viu ameaçada. No primeiro ano da ditadura, em 1964, ainda o verdadeiro jornalismo resistia a repressão e as ameaças sofridas pelo governo da época. Mas logo no mês de abril daquele ano, jornais, rádios e televisões foram tomadas pelos militares e muitos jornalistas tiveram de fugir para não serem presos. Muitos pediram asilo político em outros países, outros foram presos, torturados e até mortos.

A jornalista Adriana Silva (2016) narra em seu livro momentos cruciais, contados a ela pelo próprio Saulo, do dia 1º de abril de 1964, quando a rádio Mayrink Veiga, veículo em que o repórter trabalhava na época, ainda resistia no ar, antes de ser invadida pelos militares, assim como outras rádios haviam sido.

A Rede da Legalidade desfez-se por volta das duas horas da madrugada do dia 1º de abril. A uma hora, a rádio Nacional foi invadida. Às três horas, as rádios Guanabara

e Mauá. Somente a Mayrink Veiga ainda estava no ar, graças aos fuzileiros. Às quatro da tarde, quando eles não mais resistiam à pressão externa, deixaram suas armas, e a emissora foi também ocupada. Àquela altura, todos os profissionais do jornalismo tinham conseguido fugir para evitar que fossem presos. (SILVA, 2016, p. 152)

Os anos seguintes seriam ainda mais rigorosos e difíceis para os profissionais da comunicação, ativistas e líderes dos movimentos sociais do Brasil e até para a cultura. Em 13 de dezembro de 1968, o governo militar criou o 5º Ato Institucional, mais conhecido como o AI-5, com isso se dava o início do período mais opressor da Ditadura Militar.

Um dia após a instituição do AI-5, em 14 de dezembro de 1968, foram publicadas, pelo Jornal do Brasil, críticas indiretas ao governo da época com um formato de quadro da previsão do tempo com os seguintes dizeres: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos” Entre outras críticas como: “Ontem foi dia dos cegos” (CHAMMAS, 2012, p. 104)

A partir desse ponto, se deu início a uma repressão contra a imprensa e personalidades públicas, que lutavam contra o regime militar, ainda mais severa no país. No dia seguinte à crítica feita pelo Jornal do Brasil, em 15 de dezembro de 1968, não foi publicada nenhuma edição, “como protesto contra a ordem de prisão de um de seus diretores. O CM (Correio da Manhã) não publicou editoriais a respeito do AI-5, por conta da pressão militar que se abateu sobre o jornal”, além de milhares de pessoas já haverem sido presas (CHAMMAS, 2012, p.104)

3.1 Imprensa e censura

Em 1970 os veículos de comunicação sentiram ainda mais a opressão imposta pelo Governo Militar. Em 26 de janeiro de 1970 a censura prévia à imprensa foi confirmada por meio do decreto nº 1.077 onde o presidente Emílio Garrastazu Médici afirmava não ser mais admitidas publicações contrárias ao regime do país. A liberdade de expressão e opinião era mais uma vez eliminada no Brasil. “Isto significava que qualquer publicação ou programa de rádio e televisão tinha que ser submetido aos censores do governo antes de ser levado ao público. Jornais, rádios e televisões foram obrigados a conviver com a presença do censor”. (CARVALHO, 2002, p. 162)

Após a imposição do AI-5, a partir de 1970, jornalistas começaram a ser torturados, mortos ou dados como desaparecidos. Para Carvalho (2002), os anos de 1975 e 1976 foram cruciais para o país começar a se restabelecer. Mas esse momento crucial só se deu início após a morte do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, que foi bastante repercutida na época, e é até hoje. Era a primeira vez, depois de anos do início da ditadura, que um presidente, mesmo sendo militar, discordava com um comandante do exército e o repreendia abertamente.

Vladimir Herzog, tendo-se apresentado espontaneamente aos órgãos de segurança do II Exército, de São Paulo, apareceu morto na cela no dia seguinte. Como já havia maior liberdade de imprensa o fato teve ampla divulgação e gerou protestos. Os órgãos de segurança alegaram, como de costume, que teria havido suicídio, versão em que ninguém acreditava (CARVALHO, 2002, p. 177)

No período ditatorial, os jornalistas trabalhavam ou faziam parte de jornais pequenos ou clandestinos, que faziam oposição ao governo militar. Além disso, fica claro que os jornalistas, daquela época, participavam dos mesmos movimentos ou partidos, todos existentes para se opor ao governo opressor da época.

Por exemplo, dos 24 casos (TAB. 1) analisados entre os anos de 1964 a 1985, 14 deles faziam parte ou tinham ligação com o PCB (Partido Comunista Brasileiro) ou o que mais tarde passou a ser PCdoB. E outros oito integravam a ALN (Ação Libertadora Nacional). Os outros quatro restantes integravam partidos ou jornais pequenos, mas todos também faziam oposição ao governo militar.

TABELA 1
Relação de jornalistas mortos entre 1971 e 1976 (ordem cronológica da morte)

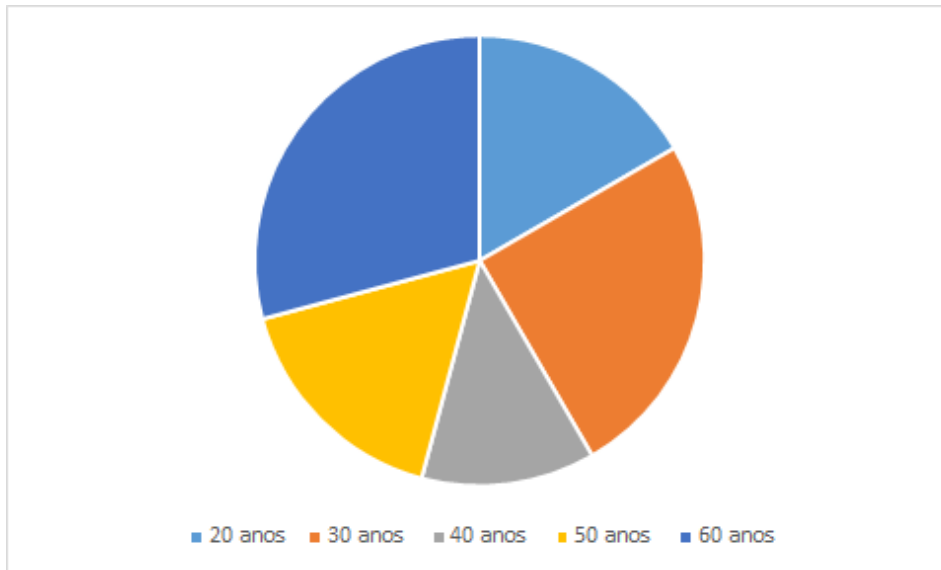
	Nome	Motivo da morte	Veículo em que trabalhava
1	Mário Alves de Souza Vieira	Fundador e principal dirigente do PCBR	Dirigiu os jornais Novos Rumos e Imprensa Popular
2	Joaquim Câmara Ferreira	Fazia parte do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e da ALN (Ação Libertadora Nacional)	ALN - Fazia palestras divulgando qual era o real papel da imprensa na luta pelas reformas de base a operários
3	José Roberto Spiegner	Era militante do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro)	MR-8
4	Luiz Eduardo da Rocha Merlino	Militante do POC	Repórter da Folha da Tarde
5	Edmur Péricles Camargo	Militante do PCB (Partido Comunista Brasileiro), da ALN (Ação Libertadora Nacional) e do	Jornalista de profissão

		Agrupamento Comunista de São Paulo	
6	Antônio Benetazzo	Membro do PCB e depois da DISP (Dissidência Estudantil de São Paulo), ligada a ALN	O Amanhã e Imprensa Popular
7	Rui Osvaldo Aguiar Pfitzenreuter	Jornalista por formação, militante, dirigente do PORT (Partido Operário Revolucionário)	jornais clandestinos
8	Lincoln Cordeiro Oest	Jornalista, dirigente do PCdoB, da ANL, militante	ANL / PCdoB
9	Wanio José de Mattos	Militante, jornalista e fotógrafo por profissão. Formado em direito	VPR (Vanguarda Popular Revolucionária)
10	Gilberto Olímpio Maria	Jornalista e militando do PCdoB	Jornal A Classe Operária
11	Luíz Guilhardini	Jornalista e militando do PCdoB	Não consta
12	Maurício Grabois	Jornalista e militando do PCdoB	ANL / PCdoB / A Classe Operária
13	Jane Vanini	Jornalista / militante ALN	Editora Abril / ALN
14	Ieda Santos Delgado	Advogada / Militante ALN / jornalista	Jornal Tribuna da Imprensa
15	Luiz Inácio Maranhão Filho	Integrante PCB / Jornalista	PCB
16	Thomaz Antônio da Silva Meirelles	Jornalista / Dirigente ALN	ALN
17	David Capistrano da Costa	Jornalista	Folha do Povo / A Hora
18	Hiran de Lima Pereira	Militante ALN / jornalista	Jornal Folha do Povo
19	Jayme Amorim Miranda	Jornalista / Dirigente PCB	PCB
20	Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior	Jornalista / Militante PCB	Imprensa Popular / Novos Rumos
21	Vladimir Herzog	Jornalista	O Estado de São Paulo, TV Cultura, entre outros
22	Nestor Vera	Jornalista / PCB	Jornal Terra Livre
23	Sidney Fix Marques dos Santos	Jornalista e editor	Frente Operária
24	Pedro Pomar	Jornalista / dirigente Pcdob	Tribuna Popular, Imprensa Popular do Rio, A Classe Operária

FONTE: Jornalistas Livres, Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo (SJSP), Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, Repórteres Sem Fronteira, Agência Brasil.

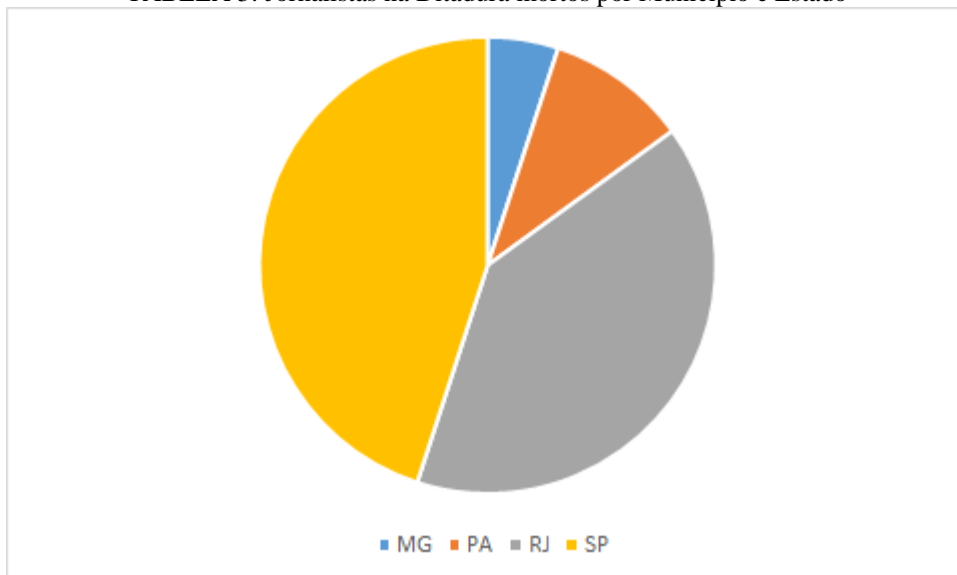
A idade dos jornalistas mortos esteve na faixa dos 60 e 30 anos (TAB. 2).

TABELA 2: Idade dos jornalistas mortos na Ditadura



A maioria das mortes desses jornalistas no Brasil se concentrou em São Paulo Capital e no Rio de Janeiro, também Capital, na época da ditadura, onde eram instalados os maiores quartéis do DOI/CODI (TAB. 3). Dois deles foram mortos na Argentina e um no Chile.

TABELA 3: Jornalistas na Ditadura mortos por Município e Estado



Naquele tempo, os jornalistas eram perseguidos, presos, torturados e até mortos. As torturas ocorriam para que uns entregassem os outros colegas que estavam escondidos dos militares. Alguns assassinatos acabavam se conectando e ocorrendo com poucos dias de

diferença, como, por exemplo, a dos jornalistas Orlando da Silva Rosa Bonfim Junior e Vladimir Herzog. Ambos foram torturados e mortos pelo DOI/CODI com apenas 17 dias de diferença. Sobre os dois jornalistas pesavam acusações de comunismo e manifestações contra o governo ditatorial da época.

É possível observar que os jornalistas que eram contra o sistema aplicado pelo Estado, e que lutavam contra o mesmo, sofriam severas punições pelas mãos do próprio Estado, até perdiam a vida. A pesquisa também coletou fotografias dos jornalistas em arquivos, textos e reportagens (FIG. 1).

FIGURA 1: Montagem de fotos de jornalistas mortos entre 1971 e 1976



Fonte: Divulgação CEMDP

Chama a atenção a presença de duas mulheres: Jane Vanini e Ieda Santos Delgado. Jane Vanini estudou Ciências Sociais na USP e participou de grêmios estudantis. Em São Paulo, trabalhou na Editora Abril e no ano de 1969 passou a desenvolver atividades apoiando a ALN (Ação Libertadora Nacional) e no ano seguinte passou a ser procurada pelos órgãos de segurança. Ainda no mesmo ano, Vanini conseguiu se mudar do Brasil para o Uruguai e de lá seguiu para Cuba, onde trabalhou em um programa de rádio para o Brasil, da Rádio Havana,

como locutora, juntamente com seu marido Sérgio Capozzi. Segundo registros das CEMDP, mais tarde, a jornalista se juntou a um “grupo de 28 militantes que fundaram o Movimento de Libertação Popular (Molipo), dissidência da ALN e retornaram clandestinamente ao Brasil”. Quanto a morte da jornalista, em 6 de dezembro de 1974, há divergências nos registros apresentados até a conclusão de seu caso, em 1993. Vanini resistiu ao ataque, em sua casa, por várias horas sozinha, disparando sua arma enquanto tentava destruir documentos comprometedores, sendo encontrada por militares, dentro do apartamento, inconsciente no chão “com uma metralhadora ao seu lado”. Mas segundo a CEMDP, a jornalista teria cometido suicídio, versão essa que circulou pelos jornais do Chile na época.

Ieda Santos Delgado deu início a sua vida política entre os anos de 1967 e 1968, em Brasília. Delgado foi advogada e funcionária do Ministério de Minas e Energia. Segundo registro da CEMDP, mesmo sendo militante da ALN, ela conseguiu levar suas atividades de modo tranquilo, dentro da legalidade imposta pelo governo até ser presa em São Paulo e desaparecer em 11 de abril de 1974. Delgado, em meio a diversas atividades, trabalhou no suplemento literário do jornal Tribuna da Imprensa. Na data de seu desaparecimento, a jornalista teria viajado do Rio de Janeiro até a cidade de São Paulo para buscar os passaportes de um casal de militantes da ALN, pois eles precisavam deixar o país. Nesse dia ela não retornou ao Rio. Na época, por meio de um telefonema anônimo, a família da jornalista teria sido informada de que Delgado havia sido presa em São Paulo.

4. A democracia mascarada

A Ditadura Militar havia terminado no Brasil e um novo presidente da república assumiria seu posto. Tancredo Neves foi escolhido como o novo presidente do país, mas ele ficou doente e antes mesmo de conseguir assumir o cargo acabou falecendo. Então, assume em seu lugar o vice-presidente José Sarney, que fica na presidência até dezembro de 1989.

Com o fim da ditadura e a garantia dos direitos dos cidadãos restabelecida, um novo ciclo se iniciava no país para a imprensa e a liberdade de expressão - mas isso não significou tempos menos perigosos aos profissionais da comunicação. Com a liberdade de imprensa de volta e informações sempre chegando aos jornalistas, as perseguições não cessaram. Agora elas vinham em forma de processos e, ainda, em mortes.

Portanto, pode-se pensar que, se a violência cresceu de forma descontrolada, a ponto de deixar civis desprotegidos e reféns do sistema. Os jornalistas se tornaram alvos fáceis mais uma vez, podendo ser atacados por dois lados: por denunciar um crime contra a população ou por denunciar mais crimes, omissões e falcatruas de autoridades, sejam elas quais fossem. E ainda a questão de abuso de autoridade e massacres continuaram acontecendo, o autor descreve alguns deles que ocorreram poucos anos após o término da Ditadura Militar no país, como o caso Carandiru e Eldorado de Carajás (CARVALHO, 2002).

Outro exemplo a ser dado é uma matéria publicada em 8 de junho de 2016, pelo site da Carta Capital (DONATO, 2011) com o seguinte título: “A democracia no Brasil e o mito da imprensa livre sob a direita”. Esse título foi dado por conta de uma referida reportagem feita em fevereiro do mesmo ano pela Gazeta do Povo que divulgou a remuneração de juízes e promotores e mostrou que somando os salários aos benefícios superavam o teto do funcionalismo público. O resultado foi o processo contra os jornalistas que fizeram a reportagem. Os magistrados pediram indenizações por danos morais, que ao todo somaram R\$ 1,3 milhão. Isso porque os dados publicados pelos jornalistas são públicos, qualquer pessoa poderia ter acesso a eles.

O jornalista Mauro Donato (2011), mostra o quão enganoso é a liberdade de imprensa que tanto é pregada.

Danos morais? Sim, para a Amapar (Associação dos Magistrados do Paraná), eles se sentiram "ridicularizados" após a matéria ter afirmado que recebiam supersalários. Como se não bastasse a desfaçatez em não reconhecer que ridículo é o salário médio no Brasil (aproximadamente R\$ 2 mil), que ridícula é a remuneração de um jornalista, os magistrados entraram com ações em nada menos que 15 cidades. Tentaram, por óbvio, descaracterizar uma ação coordenada e entraram com 36 ações individuais, mas, segundo os advogados dos jornalistas, grande parte das petições iniciais são idênticas. Se isso não é uma tentativa de intimidação da imprensa, o que é? A imprensa nunca foi livre. E sob o atual governo então, os grillhões estão falando alto. Ainda no mesmo Paraná, representantes da Polícia Federal vinculados à Operação Lava Jato, entraram com ação contra o jornalista Marcelo Auler, que criticara os delegados em seu blog. A justiça ordenou a retirada dos textos citados e ainda sentenciou que Auler se abstenha de publicar futuramente textos "com conteúdo capaz de ser interpretado como ofensivo" aos delegados da Lava Jato. Em suma, não apenas praticou-se censura, mas também censura prévia. Repetindo: o texto criticava. Não havia calúnia, difamação ou injúria. Para a República de Curitiba, Auler cometeu 'crime de opinião' (DONATO, 2016, s/p)

4.1 Jornalistas mortos no período democrático no Brasil

Pode-se notar que a maioria dos jornalistas, tanto na época da ditadura, quanto em períodos mais recentes, eram de veículos independentes, o que os deixava desprovidos de respaldo maior para sua atuação na profissão. Portanto, a falta de segurança para atuar como jornalista se faz presente nos dois períodos históricos.

O Brasil ainda é um dos países mais violentos da América Latina para a prática do jornalismo. A ausência de um mecanismo nacional de proteção para os repórteres em perigo e o clima de impunidade - alimentado por uma corrupção onipresente - tornam a tarefa dos jornalistas ainda mais difícil. A paisagem midiática ainda é bastante concentrada no país, sobretudo ao redor de grandes famílias industriais, com frequência, próximas da classe política. O segredo das fontes é, com frequência, atacado no país e inúmeros jornalistas investigativos são alvo de processos judiciais abusivos (RSF, 2018).

Na Nova República, os jornalistas que perderam suas vidas durante o desempenho da função não eram ligados aos mesmos movimentos ou partidos, tampouco da mesma localidade. Na década de 1980 e 1990 não foram encontrados registros oficiais de jornalistas perseguidos e mortos. Os registros começam no ano 2000. A Organização Repórteres Sem Fronteira disponibilizou em seu site, entre os anos de 2000 e 2018, as mortes de 41 jornalistas e colaboradores da imprensa no Brasil (RSF, 2018).

Em apenas 18 anos de registros, com o país operando no sistema democrático, 41 foram mortos, de 2000 a 2018 (TAB. 4). Desses quatro morreram em exercício da função, por estarem em trabalho de rua, fazendo coberturas especiais como o caso do fotojornalista Luiz Antônio Costa, que cobria o despejo dos sem-teto em um terreno da Volkswagen, em São Bernardo do Campo (SP), e veio a falecer por levar um tiro no local.

Também, um caso de morte não teve sua razão claramente divulgada, dando a entender, que o motivo da morte foi de João Valdecir de Borba ser um jornalista. Os demais 36 jornalistas foram vítimas por denunciarem casos de corrupção de políticos, má administração nos municípios e investigarem crimes em suas cidades de origem.

TABELA 4

Relação de jornalistas mortos entre 2002 e 2018 (ordem cronológica da morte)

	Nome	Motivo da morte	Veículo em que trabalhava
1	Sávio Brandão	Seu jornal denunciou jogo do bicho e comandante do crime organizado no Mato Grosso	Folha do Estado
2	Tim Lopes	Fazia matéria investigativa sobre abuso de menores e tráfico de drogas em baile funk	TV Globo
3	Nicanor Linhares Batista	Fazia denúncias de má administração da cidade e políticos corruptos da região	Rádio Vale do Jaguaipe
4	Luiz Antônio Costa	Cobria o despejo dos sem-teto em uma terreno da Volkswagen	Fotógrafo a serviço da revista Época
5	Samuel Roman	Denunciava tráfico de drogas e alta criminalidade na região de Coronel Sapucaia, fronteira com Paraguai	Station Conquista
6	José Carlos Araújo	Denunciou crimes em que um jovem teria participado, e foi morto pelo mesmo	Rádio Timbáuba FM
7	José Cândido Amorim Pinto	Denunciava corrupção no governo e pouco antes de morrer havia revelado caso de corrupção contra o prefeito e um deputado	Rádio Comunitária Alternativa
8	José Maria Ramos da Silva	Motorista acompanhava reportagem em favela	Diário do Nordeste
9	Ajuricaba Monassa de Paula	Denunciava irregularidades da parte de um vereador	Freelance
10	Luiz Carlos Barbon Filho	Fazia acusações contra políticos locais e fez muitos inimigos	Jornal do Porto
11	Francisco Gomes de Medeiros	denúncias contra o tráfico de drogas e envolvimento de políticos no crime	Rádio Cáico
12	Ednaldo Figueira	Denunciava irregularidades na administração municipal	Blog Serra do Mel
13	Vanderlei Canuto Leandro	Denunciava supostas irregularidades e atos de corrupção da prefeitura	Rádio Frontera
14	Gelson Domingos	Cinegrafista cobria operação do Bope em favela do Rio de Janeiro	TV Bandeirantes
15	Mário Randolpho Marques Lopes	Denúncias contra autoridades e políticos	Vassouras na Net
16	Paulo Roberto Cardoso Rodrigues	Investigava o narcotráfico na fronteira do Paraguai com o Brasil	Jornal da Praça

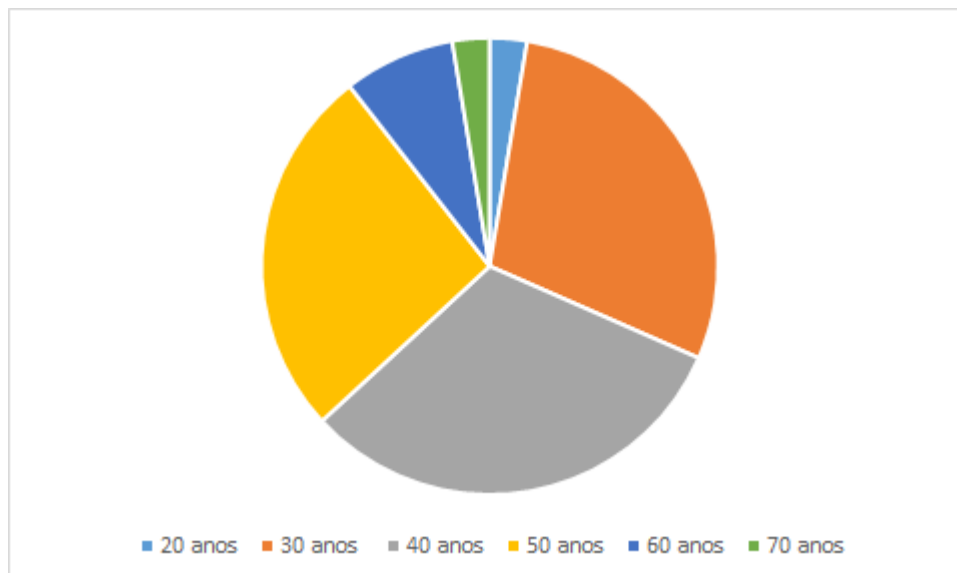
17	Décio Sá	Denúncias sobre agiotagem no Maranhão	O Estado do Maranhão / Blog do Décio
18	Valério Luiz de Oliveira	Fez críticas ao time Atlético-GO	Rádio Local 820am
19	Eduardo Carvalho	Site fazia denúncia contra políticos e policiais da região	Última Hora News
20	Mafaldo Bezerra Goes	Divulgou nomes de integrantes de uma quadrilha da região	FM Rio Jaguaribe
21	Rodrigo Neto de Faria	Cobrava respostas de crimes não solucionados	Rádio Vanguarda AM /Vale do Aço
22	Waldney Assis Carvalho	Trabalhava com Rodrigo Neto	Vale do Aço
23	José Roberto Ornelas de Lemos	Jornal fazia denúncias contra bandidos, policiais, políticos	Hora H
24	Cláudio Moleiro de Souza	Polícia divulgou hipótese de acerto de contas	Rádio Meridional
25	Santiago Ilídio Andrade	Cobria manifestação contra o aumento da passagem de ônibus	TV Bandeirantes
26	Pedro Palma	Denúncias de corrupção, irregularidades no repasse de verbas	Panorama Regional
27	Marcos de Barros Leopoldo Guerra	Denúncias de corrupção contra políticos locais	Ubatuba Cobra
28	Gerardo Ceferino Servían Coronel	Críticas a políticos da região	Rádio Ciudad Nueva
29	Evany José Metzker	Investigava esquema de prostituição infantil	Blog Coruja do Vale
30	Djalma Santos da Conceição	Denunciava crimes, falava sobre política e investigou um assassinato	RCA FM
31	Gleydson Carvalho	Era contra o governo do estado e fazia denúncias de corrupção	Rádio Liberdade 90.3 FM
32	Israel Gonçalves Silva	Apresentava programa sobre segurança pública e fazia denúncias	Rádio Itaenga FM
33	Ítalo Eduardo Diniz Barros	Reivindicava direitos do povo em um blog	Blog Ítalo Diniz
34	João Valdecir de Borba	Aparentemente sem motivo	Rádio Difusora AM

35	João Miranda do Carmo	Denúncias contra o prefeito, violência e tráfico de drogas na cidade	SAD Sem Censura
36	Maurício Campos Rosa	Ameaçou revelar esquema de corrupção e favorecimento de chapa em eleição	O Grito
37	Luis Gustavo Silva	Divulgava crimes do município	De Olho em Aquiraz
38	Ueliton Bayer Brizon	Possível acerto de contas por opositores políticos	Jornal de Rondônia
39	Jefferson Pureza	Fez acusações sobre despachos e contratos realizados pela administração municipal	Rádio Beira Rio FM
40	Jairo Sousa	Fazia denúncias sobre corrupção, irregularidades, vantagens indevidas e compra de votos na região	Rádio Pérola
41	Marlon de Carvalho Araújo	Noticiaria um esquema de desvio de dinheiro público na Câmara de Pé da Serra	Profissional Independente

FONTE: Jornalistas Livres, Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo (SJSP), Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, Repórteres Sem Fronteira, Agência Brasil. Jornais: G1, Portal Terra.

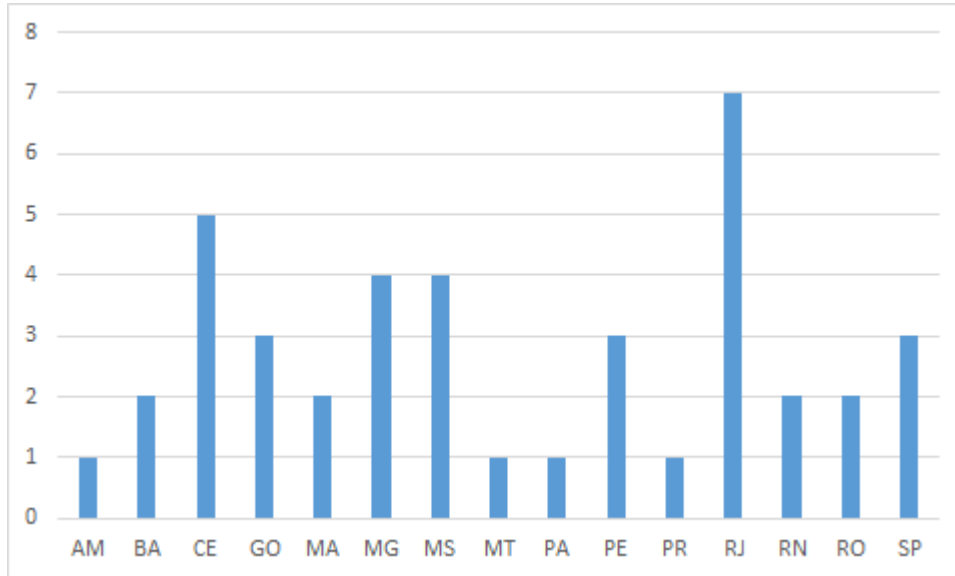
A idade dos jornalistas em sua maioria variava entre 30, 40 e 50 anos (TAB. 5).

TABELA 5: idade dos jornalistas mortos no período Democrático



As mortes ocorreram em sua maioria no estado do Rio de Janeiro (7), seguidos do Ceará (5), e Minas Gerais e Mato Grosso do Sul (4) (TAB. 6).

TABELA 6: Mortes por Estado no período democrático



Dos 41, 37 profissionais trabalhavam em veículos menores como rádios comunitárias, jornais locais, e também mantinham blogs independentes ativos e sites (FIG. 2). Dentre esses casos, apenas quatro profissionais mortos trabalhavam para grandes veículos de comunicação, de grande alcance nacional.

- a) Tim Lopes (TV Globo), que foi morto em 2002, quando fazia uma matéria sobre abuso de menores e tráfico de drogas que ocorria em um baile funk no Rio de Janeiro.
- b) Sávio Brandão (Folha do Estado MT), era empresário e dono do jornal Folha do Estado no Mato Grosso. Foi assassinado, também em 2002, após algumas matérias com denúncias sobre o 'jogo do bicho' em seu jornal.
- c) Gelson Domingos (TV Bandeirantes), era cinegrafista e morreu baleado quando cobria uma operação do BOPE contra o tráfico de drogas em uma favela no Rio de Janeiro.
- d) Santiago Ilídio Andrade (TV Bandeirantes), também era cinegrafista e foi morto quando cobria uma manifestação, também no Rio de Janeiro, contra o aumento da passagem de ônibus em 2014.

FIGURA 2: Montagem de fotos de jornalistas mortos entre 2002 e 2018.



Fonte: Reprodução³

Considerações finais

A pesquisa teve o objetivo de analisar quais motivos levaram esses jornalistas à morte. A circunstância de cada assassinato também foi relevante, porque numa democracia, como é possível os jornalistas sofrerem mais com perseguições e mortes comparado com um período de ditadura? Dados coletados mostram torturas, perseguições e mortes no exercício da função, nos dois períodos históricos. A coleta faz referência a momentos históricos diferentes, mas o jornalista, ou profissional da área de comunicação, continua sofrendo violência por seguir as diretrizes da profissão, como o direito fundamental do cidadão à informação, o direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação.

Assim como no passado, é perceptível que o acesso à informação e a liberdade de imprensa estão entre as prioridades da sociedade - situação que abrange os dois períodos analisados nesta pesquisa. Na ditadura, os jornalistas morriam pela mão do Estado, agora eles

³ Arquivo pessoal; Divulgação UOL, Divulgação G1; Reprodução Facebook; Divulgação Difusora AM; Divulgação TV Band; Pedro Paulo B. Vizeu; Reprodução Jornal Opção; reprodução Blog do Décio; Reprodução site Impunidade; Reprodução Jornalistas.org; Reprodução Folha on line.

morrem por omissão do mesmo em casos de impunidade, falta de investigação dos casos, ausência de segurança no exercício da profissão, tornando-se uma das atividades profissionais mais perigosas nos dias atuais.

A análise do conteúdo se refere ao período restrito (1971 a 1976; 2002 a 2018), e se fez de acordo com as informações documentais disponíveis *on line* nos sites, instituições e na imprensa no momento da pesquisa. Não se trata de dados conclusivos, o banco de dados está disponível para estudos colaborativos para continuidade desta análise.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO (ABRAJI). **Relatório de desempenho da Lei de Acesso a Informações Públicas**. São Paulo: ABRAJI, 2013. Disponível em: <http://www.abraji.org.br/midia/arquivos/file1368697819.pdf>. Acesso: 20 jan. 2013.

BONA, Niveia Canalli. **Jornalismo na sociedade**. Curitiba: Intersaberes, 2017.

BRASIL. **Lei de Acesso à Informação**. Decreto nº 7.724/2012. Brasília, DF: Senado Federal, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Artigo 5º, XI. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade**. São Paulo: Contexto, 2009.

CARVALHO, Julia. **Amordaçados: uma história de censura e de seus personagens**. Barueri-SP: Manole, 2013.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A Ditadura Militar e a Grande Imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã**. São Paulo-SP: 2012

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no Jornalismo**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

DONATO, Mauro. A democracia no Brasil e o Mito da Imprensa Livre sob a Direita. **Carta Capital**, 2014. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2016/06/08/a-democracia-no-brasil-e-o-mito-da-imprensa-livre-sob-a-direita/>. Acesso em: 10 set 2018.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS BRASILEIROS (FENAJ). **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Disponível em: http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em 21 out 2018.

MARTIN, Maria. Balas contra a imprensa. **El País**, 19/2/2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/19/sociedad/1392842706_297118.html Acesso em: 23 out 2018.

NASCIMENTO, Luciano. FENAJ recebe relatório sobre jornalistas perseguidos na ditadura. **Agência Brasil**, 2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-11/fenaj-recebe-relatorio-sobre-jornalistas-perseguidos-na-ditadura> acessado em 10 mai 2018

RSF. Repórteres Sem Fronteira. **Confira a lista de repórteres assassinados no Brasil entre os anos de 2000 a 2017**. Disponível em: <https://rsf.org/pt/barometro?year=2000>. Acesso em: 10 mai 2018

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. 10ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SILVA, Alexandre Assunção. **Liberdade de expressão e crimes de opinião**. São Paulo: Atlas, 2012.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Inquérito sobre jornalista assassinado chega ao MP. Sindicato dos jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro, **SJPRJ**, 22/03/2012. Disponível em: <http://jornalistas.org.br/index.php/inquerito-sobre-jornalista-morto-no-interior-chega-ao-mp/> Acesso em: 21 out 2018.